Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Documentação
Serviço de Jurisprudência e Divulgação
Setor de Divulgação

47/2009

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, é meramente informativo e ferramenta auxiliar, cuja validação para os fins legais poderá ser obtida junto ao Setor de Referência do Serviço de Jurisprudência e Divulgação deste Tribunal.

AERONAUTA

Adicional

Adicional de periculosidade. Comissário de bordo e comandante de aeronave. Não configura condição perigosa de trabalho a permanência de comissários de bordo e comandante no interior de aeronave, durante a operação de reabastecimento desta. O art. 193 da CLT exige, para caracterização da atividade ou operação perigosa, a concomitância do contato permanente com inflamáveis ou explosivos e a condição de risco acentuado. Na hipótese concreta o contato não é permanente e tampouco é acentuado o risco. Adicional de periculosidade indevido. (TRT/SP - 03056200302502002 - RO - Ac. 1ªT [20090499209](#) - Rel. Wilson Fernandes - DOE 21/07/2009)

COMPETÊNCIA

Aposentadoria. Complementação

1) COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ARTIGO 114 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O direito invocado nos presentes autos possui sua origem em uma relação de emprego entre o obreiro e a FEPASA, razão pela qual, consoante o disposto no artigo 114 da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho é competente para dirimir o conflito. 2) EMPREGADO DA FEPASA. DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESPONSABILIDADE DA SUCESSORA CPTM. Tendo a parcela do patrimônio da FEPASA relativa aos sistemas de transportes metropolitanos de São Paulo e Santos, sido transferida, por cisão, à Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, resta caracterizada a sucessão de empresas nos termos dos artigos 10 e 448 da Consolidação das Leis do Trabalho, pelo que responde a CPTM na qualidade de sucessora pelas obrigações assumidas pela sucedida FEPASA, obrigações essas que foram previstas inicialmente em norma regulamentar e, posteriormente referendadas em lei estadual. (TRT/SP - 00527200807602008 - RE - Ac. 12ªT [20090445451](#) - Rel. Vania Paranhos - DOE 07/07/2009)

Material

Competência material. Justiça do Trabalho. Ente Público. Contratação irregular. Não está inserida na competência material da Justiça do Trabalho a análise de relação jurídico-administrativa estabelecida nos termos do art. 37, IX, da CF, art. 6o, parágrafo 2o, da Lei no 10.029/00 e art. 1o, parágrafo único, da Lei do Estado de São Paulo no 11.064/02, mesmo que alegada a contratação irregular, conforme já decidido pelo STF em ADI/3395, acerca da interpretação do art.114, I, da CF com redação da EC no 45/04. (TRT/SP - 01332200607602003 - RO - Ac. 12ªT [20090446199](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 07/07/2009)

CONCILIAÇÃO

Comissões de conciliação prévia

"RECURSO ORDINÁRIO. Ausência de submissão à Comissão de Conciliação Prévia. O comparecimento é uma faculdade assegurada ao obreiro, não estando obrigado a submeter previamente a lide à Comissão de Conciliação Prévia. Inteligência da súmula nº 02 deste Egrégio Regional. Da rescisão contratual. A recorrente não logrou comprovar suas alegações no sentido de que a partir de 22 de outubro de 2008 a reclamante abandonou o emprego. Diante disso, e, considerando o princípio da continuidade da prestação dos serviços, que constitui presunção favorável ao trabalhador, forçoso acolher a dispensa sem justa causa da autora, sendo-lhe devidas as verbas rescisórias deferidas na sentença de origem. Recurso ordinário a que se nega provimento." (TRT/SP - 02156200846502008 - RS - Ac. 10ªT [20090503915](#) - Rel. Marta Casadei Momezzo - DOE 21/07/2009)

DANO MORAL E MATERIAL

Geral

Dano moral. Descaracterização. Não constatado dano ao patrimônio psicológico do autor, não há se falar em indenização. Simples aborrecimento, causado pela ausência da reclamada na homologação da rescisão do contrato de trabalho, não caracteriza alteração no bem estar do autor. (TRT/SP - 01918200804802000 - RS - Ac. 2ªT [20090495912](#) - Rel. Rosa Maria Zuccaro - DOE 21/07/2009)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Procedimento

Embargos de declaração. Manifestação de inconformismo. Equívoco já renitente e crônico nesta justiça especializada, em que a parte se vale dos embargos de declaração para, a pretexto de prequestionamento, ou de omissões, questionar o julgado, para manifestar irresignação, inconformismo, para acusar, na verdade, error in judicando, e não, tecnicamente, omissão, obscuridade ou contradição. Embargos de declaração improcedentes. Agravo regimental. Objetivo. Questionamento da decisão colegiada. Recurso manifestamente inadmissível. Não se conhece de agravo regimental interposto para atacar decisão colegiada. O voto do relator não é decisão autônoma, é parte integrante do Acórdão. Circunstância que não poderia a agravante ignorar, uma vez assistida por advogado. Recurso, portanto, manifestamente inadmissível. Agravo regimental que não se conhece. (TRT/SP - 01070200802502006 - RS - Ac. 11ªT [20090519455](#) - Rel. Eduardo de Azevedo Silva - DOE 21/07/2009)

Sentença. Omissão

Embargos de declaração. Matéria não decidida. Vale-transporte. Indenização substitutiva. Omissão. Matéria não decidida. Omissão configurada. Seguro-desemprego. Indenização substitutiva para o caso de omissão do empregador na entrega das guias fora do prazo estipulado ou indeferimento do benefício por ato ou omissão atribuída exclusivamente ao empregador. Embargos de declaração procedentes em parte. (TRT/SP - 01314200746402005 - RO - Ac. 11ªT [20090519480](#) - Rel. Eduardo de Azevedo Silva - DOE 21/07/2009)

EMBARGOS DE TERCEIRO

Cabimento e legitimidade

EMBARGOS DE TERCEIRO PREVENTIVOS. Ausentes do processado a efetiva prova da constrição judicial, bem assim da posse ou propriedade do bem nos termos preceituados pelos arts. 1046 e 1050, do CPC, inviável a interposição da ação de embargos de terceiro de forma preventiva. (TRT/SP - 01895200603502006 - AP - Ac. 2ªT [20090495874](#) - Rel. Luiz Carlos Gomes Godoi - DOE 21/07/2009)

ENTIDADES ESTATAIS

Privilégios processuais. Em geral

Fazenda Pública. Juros de mora aplicáveis. Às condenações impostas à Fazenda Pública devem ser aplicados juros moratórios de 6% ao ano, a partir de 24/08/2001, conforme determina o art. 1-F, da Lei 9.494/1997, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35, e não aqueles previstos no art. 39, parágrafo 1º, da Lei 8.177/91, devendo as verbas da presente condenação sofrerem a incidência de juros moratórios de 0,5% ao mês. (TRT/SP - 01402200701602000 - RE - Ac. 12ªT [20090517401](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 21/07/2009)

EXECUÇÃO

Bens do sócio

"SÓCIO RETIRANTE - RESPONSABILIDADE. A pessoa jurídica da empresa não se confunde com a pessoa física dos sócios ou acionistas. Estes, entretanto, não se eximem da responsabilidade, se aquela não possui bens bastante para satisfazer o crédito ou se furta a responder pela execução, pois conforme jurisprudência assente em nossos Tribunais, tais fatos, por si só, configuram atos de má gestão ou abuso de poder e autorizam a aplicação da teoria da despersonalização da pessoa jurídica do empregador ("Disregard of Legal Entity"), inexistindo impedimento legal - em que pese a responsabilização primeira dos atuais sócios - para que a execução se volte contra o sócio ou acionista retirantes, desde que estes tenham se beneficiado da mão de obra do ex-empregado, pois o crédito trabalhista, de natureza exclusivamente alimentar e caráter privilegiadíssimo, não pode se submeter a questões decorrentes de alterações na estrutura jurídica da empresa, necessitando ser satisfeito sem maiores delongas, aplicando-se, na hipótese, os termos dos artigos 10 e 448 da CLT." (TRT/SP - 02211200331102005 - AP - Ac. 10ªT [20090476047](#) - Rel. Rilma Aparecida Hemetério - DOE 07/07/2009)

Obrigação de fazer

Multa por descumprimento da obrigação de fazer. Fazenda Pública. À Fazenda Pública é aplicável multa pelo descumprimento de obrigação de fazer (art. 461, parágrafo 4º, CPC), pois o Estado também é obrigado a dar cumprimento às ordens judiciais, dentro do prazo que lhe é assinalado, visto que ao integrar a lide, o faz na qualidade de jurisdicionado, não podendo se furtar às regras a todos aplicáveis, sob pena de ferir-se o princípio constitucional da igualdade. Ademais, a lei já prevê prerrogativas suficientes em favor dos entes públicos, propiciando-lhes melhores condições no embate judicial, motivo pelo qual não se mostra necessário releva a multa imposta. (TRT/SP - 01309200807802003 - RE - Ac. 12ªT [20090446202](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 07/07/2009)

FALÊNCIA

Execução. Prosseguimento

"Massa Falida. Prosseguimento. A exequente não comprovou nos autos que foram esgotados todos os meios de execução no que se refere à massa falida, uma vez que a Lei que regulamenta a matéria é clara ao dispor sobre a necessidade de habilitação do crédito junto ao Juízo Falimentar. Agravo de Petição a que se nega provimento." (TRT/SP - 02244200724202009 - AP - Ac. 10ªT [20090475881](#) - Rel. Marta Casadei Momezzo - DOE 07/07/2009)

HONORÁRIOS

Advogado

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Os honorários advocatícios, perante a Justiça do Trabalho, só são devidos aos sindicatos da categoria profissional que presta assistência jurídica aos empregados, nos termos dos artigos 14 e 16 da Lei 5584/70, os quais não foram derogados pelo artigo 789 da Consolidação das Leis do Trabalho, com as alterações dadas pelas leis 10288/01 e 10537/01. A defesa dos interesses do empregado, em juízo, pode ser feita pelo sindicato de sua categoria, razão pela qual a reclamada não pode ser onerada pelo fato do reclamante ter outorgado poderes a advogado particular de sua confiança. (TRT/SP - 00628200808902005 - RO - Ac. 12ªT [20090516952](#) - Rel. Vania Paranhos - DOE 17/07/2009)

HORÁRIO

Compensação em geral

BANCO DE HORAS. COMPENSAÇÃO MEDIANTE ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO. FORMALIDADE ESSENCIAL. A legislação prevê a possibilidade de compensação de jornadas além do módulo semanal, através do denominado "banco de horas". Além da formalização através de acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 59, parágrafo 2º da CLT), é imprescindível a prova documental inequívoca sobre o cumprimento dos pressupostos negociais, bem como o controle do sobretempo destinado ao banco de horas e a correspondente compensação com folgas ou quitação daquelas excedentes. A ausência de evidências sobre a correção do procedimento configura irregularidade, ensejando o pagamento das sobrejornadas como horas extras. (TRT/SP - 01608200748202009 - RO - Ac. 4ªT [20090465223](#) - Rel. Paulo Augusto Camara - DOE 07/07/2009)

JUSTA CAUSA

Configuração

Justa causa. Descaracterização. A justa causa é uma penalidade que pode macular a vida profissional do trabalhador, o que exige maior cuidado na análise dos fatos que a configuram, atribuindo-lhes a gravidade que realmente têm, para que não se incorra em erro, evitando prejuízo irreparável ao empregado. Recurso Ordinário da reclamada não provido. (TRT/SP - 02493200501902009 - RO - [Ac. 12ªT 20090496790](#) - Rel. Maria José Bighetti Ordoño Rebello - DOE 10/07/2009)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

SPTrans. Responsabilidade Subsidiária. A São Paulo Transporte S/A é apenas gestora do sistema que controla a operação das empresas de transporte coletivo na Capital, condição que não se confunde com a de tomadora de serviços dos empregados das concessionárias e nem caracteriza a contratação de trabalhadores por empresa interposta. Inaplicável à hipótese a Súmula 331 do TST, descabendo falar-se em responsabilidade subsidiária. (TRT/SP - 00718200507302008 - RO - Ac. 1ªT [20090499403](#) - Rel. Wilson Fernandes - DOE 21/07/2009)

SUBSIDIARIEDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS - A terceirização de mão-de-obra é uma modalidade de contratação inerente aos tempos modernos, perfeitamente válida e legal, que tem por objetivo reduzir gastos e esforços da empresa tomadora e faz surgir outras empresas de menor porte, garantindo empregos. Esta garantia, contudo, não pode e nem deve ser prejudicada, transferindo-se, indiretamente, os riscos do empreendimento para o obreiro, pessoa notadamente menos protegida neste tipo de relação, daí emergindo o dever da empresa tomadora de bem escolher a prestadora de serviço com quem vai contratar a mão-de-obra, da qual se beneficiará, efetivamente, seguida da fiscalização que lhe cumpre exercer sobre a satisfação dos direitos deste trabalhador, cuja inadimplência resta caracterizada pelo crédito trabalhista não satisfeito, já reconhecido em sentença judicial. Deve estar ciente o tomador de serviços de que poderá ser acionado judicialmente pela mão-de-obra terceirizada no momento em que a contratada for inadimplente quanto às obrigações trabalhistas. (TRT/SP - 00866200750102001 - RS - Ac. 2ªT [20090495882](#) - Rel. Rosa Maria Zuccaro - DOE 21/07/2009)

MULTA

Cabimento e limites

MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477, DA CLT. FRAUDE - PAGAMENTO PROCEDENTE: "Provada a fraude perpetrada pela reclamada, que deixou de satisfazer os títulos elencados no termo de rescisão contratual, a empresa deve ser condenada no pagamento das multas dos artigos 467 e 477, da CLT". Recurso ordinário a que se dá provimento. (TRT/SP - 01662200808602008 - RS - Ac. 11ªT [20090520224](#) - Rel. Dora Vaz Treviño - DOE 21/07/2009)

NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO

Efeitos

NOTIFICAÇÃO INICIAL - PRESUNÇÃO DE RECEBIMENTO - NULIDADE DA REVELIA REPELIDA: "A lei trabalhista (art. 841 - § 1.º - CLT) não exige citação pessoal do reclamado para a notificação de audiência, prestigiando a celeridade processual. "In casu", há patente indício de que a reclamada teve ciência da sessão designada, eis que a notificação da decisão foi remetida ao mesmo endereço, tendo a empregadora interposto recurso no prazo legal". Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 02706200800602009 - RS - [Ac. 11ªT 20090520186](#) - Rel. Dora Vaz Treviño - DOE 21/07/2009)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

FATO GERADOR -CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - O fato gerador do tributo inicia-se quando do trânsito em julgado da r. sentença, não havendo se falar em aplicação de multas e juros por atraso de recolhimento. Inteligência dos arts. 276 do Decreto 3048/99 e 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral do Trabalho. (TRT/SP - 02936200400302005 - AP - Ac. 8ªT [20090506922](#) - Rel. Lilian Lygia Ortega Mazzeu - DOE 10/07/2009)

FATO GERADOR -CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - O fato gerador do tributo inicia-se quando do trânsito em julgado da r. sentença, não havendo se falar em aplicação de multas e juros por atraso de recolhimento. Inteligência dos arts. 276 do Decreto 3048/99 e 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral do Trabalho. (TRT/SP - 01409200746502005 - AP - Ac. 8ªT [20090507090](#) - Rel. Lilian Lygia Ortega Mazzeu - DOE 10/07/2009)

"CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO COM DISCRIMINAÇÃO VÁLIDA DAS PARCELAS INTEGRANTES. NÃO INCIDÊNCIA. O fato gerador da contribuição previdenciária nasce quando é paga, creditada ou devida a remuneração destinada a retribuir o trabalho, nos termos do artigo 22, I, da Lei n. 8.212/91. Havendo acordo, na forma prevista no artigo 831 da CLT, este é o fato gerador da receita social. Todavia, se a transação engloba verbas de natureza salarial e indenizatória validamente discriminadas, em consonância com os pedidos deduzidos na inicial, não há indício de fraude, o que afasta a incidência previdenciária sobre o total do acordo, na forma prevista no artigo 43 da mesma lei. Saliente-se, por fim, que o reconhecimento judicial do direito à cesta básica, não concedida no curso da vinculação empregatícia, não tem o condão de transformar sua indubitável natureza indenizatória em salarial, como pretendem as razões recursais. Apelo da União a que se nega provimento." (TRT/SP - 02795200443102002 - RO - Ac. 10ªT [20090502064](#) - Rel. Rilma Aparecida Hemetério - DOE 17/07/2009)

Contribuição. Inexistência relação de emprego

"CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ACORDO. INCIDÊNCIA. Não há incidência de contribuições previdenciárias na hipótese de conciliação sem reconhecimento do vínculo empregatício, quando os valores acordados se referem à indenização por perdas e danos." (TRT/SP - 02277200806402000 - RO - Ac. 10ªT [20090502080](#) - Rel. Rilma Aparecida Hemetério - DOE 17/07/2009)

INSS. Acordo. Contribuinte individual. A empresa só está obrigada a arrecadar a contribuição social de contribuinte individual, quando este for segurado obrigatório da Previdência Social, o que não é o caso do reclamante que realiza acordo sem o reconhecimento do vínculo de emprego, neste caso, é enquadrado como segurado facultativo. (TRT/SP - 00268200736102000 - RS - Ac. 2ªT [20090494290](#) - Rel. Rosa Maria Zuccaro - DOE 17/07/2009)

Sentença trabalhista. Efeito restrito

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VENCIMENTO. SENTENÇA DE QUANTIFICAÇÃO OBRIGACIONAL. INCIDÊNCIA DE JUROS E MULTA. Inolvidável a disposição contida na alínea 'a' do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, sopesa-se que, nas ações trabalhistas, os gravames, impostos pelo d. júízo de origem, incidem depois de extrapolada a data do vencimento da obrigação

tributária correspondente - de acordo com o art. 276 do Decreto nº 3.048/99 - observado o disposto no parágrafo 4º do art. 879 da CLT, ordenatório de prévia liquidação da sentença. Os regramentos contidos na legislação previdenciária serão considerados somente a partir da sentença de quantificação obrigacional, delineada como fato gerador dos débitos previdenciários. (TRT/SP - 02525200338302001 - AP - Ac. 2ªT [20090470600](#) - Rel. Mariangela de Campos Argento Muraro - DOE 10/07/2009)

PROCESSO

Preclusão. Em geral

"RECURSO ORDINÁRIO. Da preliminar de nulidade - coisa julgada/litispêndência. Afasto. Refere-se a questão já decidida por esse E. Tribunal, e, portanto, não haverá discussão sobre a mesma matéria. Configura-se a preclusão consumativa, uma vez já fixado o entendimento pela C. Turma. Das horas extras. Considerando que o reclamante pleiteou na presente demanda as horas extras em razão da jornada fixada pelo D. Juízo nos autos nº 01489200644502003, e, que em sede de recurso ordinário teve a confirmação da jornada nela fixada, descabe a pretensão da reclamada em discutir a validade das provas ali realizadas, sob pena de violação a "res judicata". Mantenho. Recurso ordinário a que se nega provimento." (TRT/SP - 00991200744502008 - RS - Ac. 10ªT [20090503923](#) - Rel. Marta Casadei Momezzo - DOE 21/07/2009)

PROVA

Justa causa

RESCISÃO CONTRATUAL POR JUSTA CAUSA: "Por ser a justa causa a penalidade máxima aplicada ao trabalhador, causando-lhe danos na vida profissional e pessoal, a prova do cometimento do ato faltoso há de ser robusta, bem delineada e suficiente, permitindo avaliar a proporcionalidade e imediatidade da punição". Recurso ordinário da empregadora a que se nega provimento. (TRT/SP - 00233200901602003 - RS - Ac. 11ªT [20090520216](#) - Rel. Dora Vaz Treviño - DOE 21/07/2009)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Construção civil. Dono da obra

Contrato de empreitada. Dono da obra. Exclusão da responsabilidade. Não há responsabilidade por débitos trabalhistas quando o contratante figura como dono da obra e não atua no ramo da construção civil. (TRT/SP - 01094200808402002 - RO - Ac. 1ªT [20090499608](#) - Rel. Wilson Fernandes - DOE 21/07/2009)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Licença especial ou licença prêmio

Licença-prêmio. Arts. 209 e 216 da Lei 10.261/68 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo). Celetistas. Inaplicabilidade. O Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, constitui norma específica dirigida, tão somente, aos servidores públicos estatutários. Hipótese em que se pretende acumular vantagens da legislação trabalhista e do estatuto, o que pressupõe expressa previsão legal, no caso inexistente. Pretensão que, por isso, esbarra no princípio da legalidade, também expressado no art. 37 da Constituição Federal.

Recurso dos autores a que se nega provimento. (TRT/SP - 01621200804102000 - RO - Ac. 11ªT 20090415234 - Rel. Eduardo de Azevedo Silva - DOE 07/07/2009)

Salário

SEXTA-PARTE. EMPREGADO PÚBLICO. ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. PROCEDÊNCIA. O artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo confere aos servidores públicos o direito ao recebimento da sexta-parte, sem que diferencie entre os servidores estatutários e os empregados públicos, os quais são espécies do gênero servidor público, na lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Inexiste, pois, razão que permita o não pagamento a estes, do direito criado pelo constituinte decorrente. (TRT/SP - 00886200708302002 - RO - Ac. 12ªT 20090445346 - Rel. Vania Paranhos - DOE 07/07/2009)